

**Manifestação dos representantes de usuários de água do segmento das indústrias  
membros dos Comitês PCJ**

**10ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ e 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ**

Os representantes dos usuários de água do segmento industrial participaram e coordenaram, através do CIESP de Jundiaí, as reuniões do Grupo de Trabalho da Cobrança (GT-Cobrança), vinculado a Câmara Técnica de Plano de Bacia (CT-PB), sendo que após todas as reuniões realizadas não conseguiram chegar a um consenso ou pacto para uma proposta de reajuste dos valores que estão sendo cobrados pelo uso da água;

Nas reuniões da CT-PB participamos das discussões das propostas levantadas para reajustar os valores vigentes cobrados pelo uso da água onde também não houve consenso e tampouco se chegou a um pacto sobre o assunto e, mesmo sem este consenso, o assunto foi encaminhado para Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL);

Na reunião da CT-PL, de 23.11.2012, novamente foi apresentada uma proposta numérica de ajuste pelo segmento usuário de saneamento partindo da premissa de ajuste do valor da cobrança frente ao valor global necessário aos investimentos previstos no Plano de Bacia PCJ e novamente não tivemos consenso na proposta e não foi elaborado novo pacto.

Com a convocação antecipada para as reuniões 10ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ e 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, somente nesta semana, para nossa surpresa, foi disponibilizado o texto de minuta de Deliberação PCJ nº 160/12, de 14.12.2012, no site oficial dos Comitês PCJ, cujo texto, não foi apreciado, aprovado e pactuado previamente entre os usuários, através das reuniões da CT-PB e CT-PL com o agravante da minuta de deliberação não ter sido citada na pauta enviada; na pauta consta como "proposta de ajuste da cobrança".

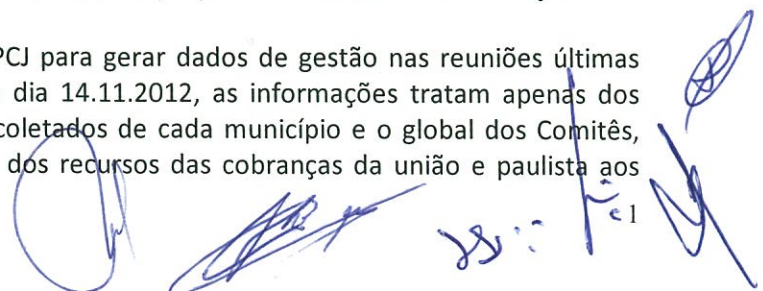
Assim, nos manifestamos sobre a presente construção da proposta:

1 - Nas discussões ocorridas nas diversas reuniões ao longo da formulação da presente proposta não tivemos consenso e não foi construído o pacto entre os usuários, considerando que não tivemos a segurança técnica e jurídica para pactuar um ajuste dos valores da cobrança a partir do valor global necessário de investimentos previstos no Plano de Bacia, por falta de informações sobre a gestão que visa o cumprimento dos procedimentos técnicos e legais estabelecidos nas normas do CNRH e do CRH, por exemplo:

- apresentação de Estudo de Fundamentação para a proposta de ajuste dos valores da cobrança com base em estudos econômico-financeiros para a definição de valores de PUB (Preço Unitário Básico);
- os dados apresentados não foram suficientes sobre a gestão plena da aplicação dos recursos da cobrança da união e paulista, com o detalhamento dos resultados efetivos dessa gestão refletidos parcial ou total no atingimento das metas do Plano de Bacia ou para alcançá-las a curto e médio prazo, com destaque ao cenário do enquadramento dos corpos d'água;
- neste último caso, o plano de efetivação das metas do enquadramento dos corpos d'água e seus investimentos não foram ainda apreciados e aprovados pelos CNRH e CRH, condição básica para a gestão dos recursos hídricos.

2- A inexistência de um estudo de fundamentação econômico-financeiro, previsto nas legislações federal e paulista, e condição básica para a construção sólida do PACTO com vista ao ajuste dos valores, dos mecanismos e de critérios da cobrança, não está anexado a proposta de minuta de Deliberação.

3- Apesar dos esforços dos técnicos da Agência PCJ para gerar dados de gestão nas reuniões últimas reuniões da CT-PB, com destaque a realizada no dia 14.11.2012, as informações tratam apenas dos cenários dos índices de tratamento dos esgotos coletados de cada município e o global dos Comitês, porém sem relacionar a efetividade da aplicação dos recursos das cobranças da união e paulista aos





**Manifestação dos representantes de usuários de água do segmento das indústrias  
membros dos Comitês PCJ**

índices atingidos e mesmo aos demais projetos, principalmente, em relação aos investimentos previstos nos PDC 1, 3 e 5 no período em relação ao pacto atual;

4 – Apesar dos esforços dos técnicos da Agência PCJ, não foi realizado ou apresentado o estudo de Fundamentação para balizar a proposta de ajuste dos valores da cobrança, ficando apenas na apresentação de premissas básicas para orientação da proposta. Assim, nas discussões, não tivemos apresentação de cenários da aplicação dos recursos financeiros, e as efetivas ações efetuadas e previstas no atual Plano de Bacia PCJ, o que poderia ter balizado o desenvolvimento do novo PACTO para o ajuste dos valores da cobrança, o que não aconteceu, levando a constantes idas e voltas nas reuniões do grupo de câmaras que, por falta de informação clara e detalhada para devida apreciação e aprovação, também não chegaram a nenhum consenso.

5 – Ao longo do processo de negociação para construção da proposta e do pacto para o ajuste dos valores da cobrança não ocorreu e não tivemos, repito, consenso dos segmentos pagantes fato necessário para legitimar o processo de construção com base nos princípios das legislações federal e estadual de recursos hídricos;

Assim, manifestamos nossa opinião acerca da presente minuta da Deliberação PCJ nº 160/12, de 14.12.2012:

1- O texto foi apresentado apenas no *site* dos Comitês PCJ, sem ter seu conteúdo plenamente discutido no âmbito das CT-PB e CT-PL, não atendendo os termos de procedimento do regimento dos Comitês PCJ, e ainda, a Deliberação não está acompanhada do Estudo de Fundamentação da proposta de ajuste dos valores da cobrança, o que pode gerar insegurança técnica e jurídica na aprovação da proposta em apreciação.

2 – A presente proposta de ajuste do valor da cobrança e prazo de aplicação de forma progressiva não teve consenso e não foi pactuado com todos os usuários, e pela falta do estudo de fundamentação, não temos cenário dos impactos destes ajustes propostos aos valores dos PUBS para cada setor de usuários.

3 – A presente proposta de ajuste dos valores de cobrança gera alterações dos itens do PACTO firmado nas deliberações anteriores PCJ (nº 025/2005; 027/2005; nº 48/2006, e nº 053/2006), sem termos discutido alternativas frente à realidade de investimento de cada segmento de usuários em relação à disponibilidade quantitativa e qualitativa dos corpos d'água, conteúdo previsto para constar do estudo de fundamentação para subsidiar as discussões do processo.

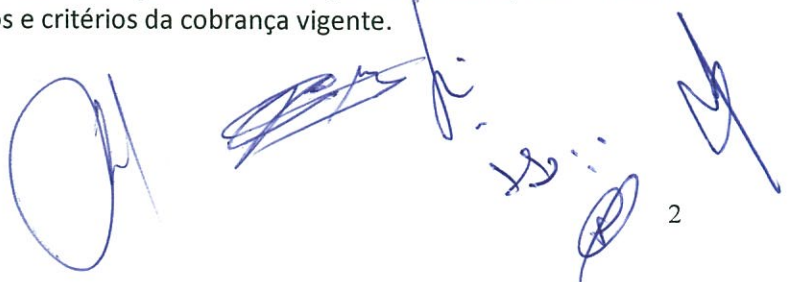
4 – A presente proposta de distribuição dos recursos para a cobrança paulista (Anexo II) prevê que a aplicação de percentuais das cobranças sejam destinados aos PDC 1, 3 e 5, não atende os termos da norma do CRH.

Deste modo, PROPOMOS que a minuta de deliberação 160:

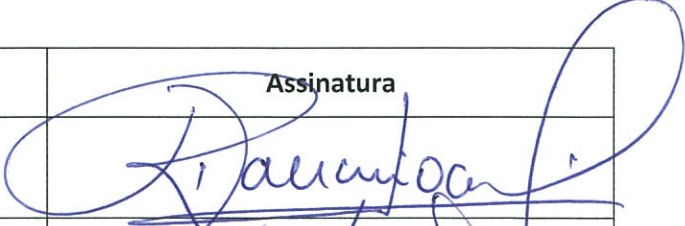

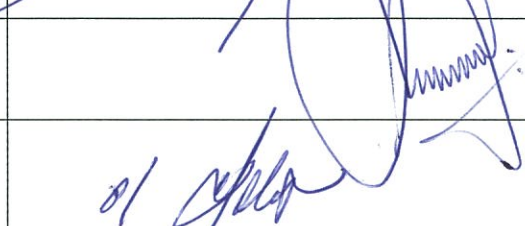
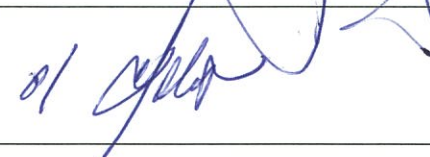
- seja retirada de pauta e volte para discussão na CT-PL;
- que o estudo de fundamentação seja elaborado pela Agência PCJ e que o mesmo apresente subsídio para a continuidade das discussões nos Comitês PCJ;
- que os princípios técnicos e legais previstos nas legislações federais, paulista e mineira para a gestão dos recursos hídricos sejam plenamente considerados para a construção do PACTO, com vista à proposta de ajuste dos valores, dos mecanismos e critérios da cobrança vigente.

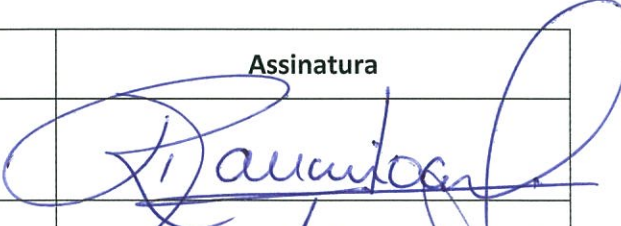

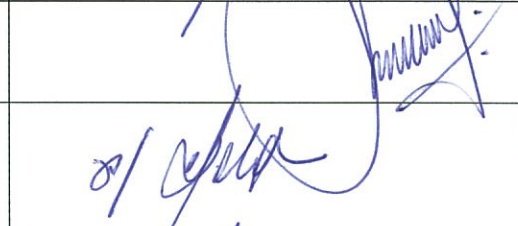
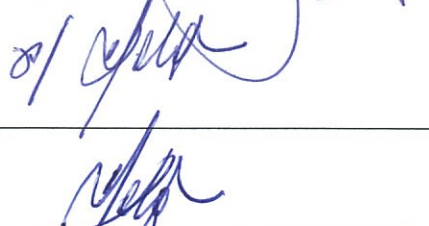
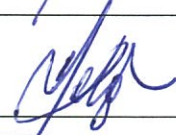


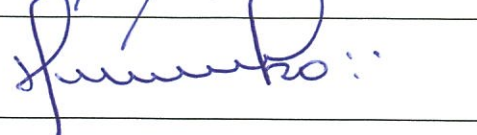
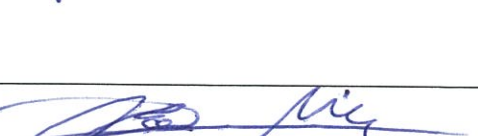
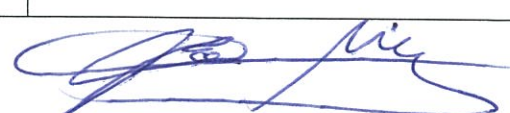
Itapeva, 14 de dezembro de 2012.

Assinam este manifesto:

The block contains several handwritten signatures in blue ink, which are the signatures of the representatives mentioned in the text. The signatures are stylized and vary in length and complexity.

**Manifestação dos representantes de usuários de água do segmento das indústrias  
membros dos Comitês PCJ**

<b>Representantes no CBH-PCJ</b>	<b>Assinatura</b>
<i>FIESP / Paulo Dallari Soares</i>	
<i>CIESP - DR Bragança Paulista / Arthur Machado Catunda</i>	
<i>CIESP - DR Limeira / Eduardo Lovo Paschoalotti</i>	
<i>CIESP - DR Santa Bárbara d'Oeste / Michevelyn Ferraz Santos Sorrilia</i>	

<b>Representantes no PCJ-Federal</b>	<b>Assinatura</b>
<i>FIESP / Paulo Dallari Soares</i>	
<i>CIESP - DR Bragança Paulista / Arthur Machado Catunda</i>	
<i>CIESP - DR Limeira / Eduardo Lovo Paschoalotti</i>	
<i>CIESP - DR Santa Bárbara d'Oeste / Michevelyn Ferraz Santos Sorrilia</i>	
<i>CIESP - DR Jundiaí / Roberto Mario Polga</i>	
<i>CIESP - DR Indaiatuba / Bruno Cruz Talon</i>	
<i>CIESP - DR Campinas / Mauro José Lauro</i>	
<i>CIESP - DR Americana / Leandro Zanini Santos</i>	
<i>CIESP - DR Piracicaba / Homero Scarso</i>	
<i>CIESP - DR Rio Claro / Luiz Gustavo Nogueira</i>	

*UNICA*